



41

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2010

O rural na História do Brasil (Dos anos 80 aos trabalhos mais recentes)

MÁRCIA MARIA MENENDES MOTA

Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

marciam@vm.uff.br

Resumo:

O artigo analisa a produção acadêmica brasileira sobre o rural, dos anos 80 até os trabalhos mais recentes. O texto tem como objetivo apresentar as principais marcas interpretativas da linha de pesquisa em história agrária e o papel da historiadora Maria Yedda Leite Linhares na consagração e difusão dos temas voltados para o universo rural brasileiro. Para tanto, o artigo deslinda os objetivos da obra inaugural sobre o tema em sua relação com o contexto político. Em seguida, analisa as principais obras do período, o papel dos chamados *brasilianistas* e a consagração da temática. Por fim, apresenta as razões pelas quais a autora defende o revigoramento dos estudos sobre o rural, a importância da historiografia internacional na reconstrução da linha de pesquisa e a produção dos últimos anos.

Palavras chave:

História Agrária; Rural; Historiografia Brasileira.

Abstract:

The paper analyzes the Brazilian academic production on the rural, from the 1980's to the most recent works. The text aims at presenting the main features of the interpretative line of research in agricultural history, and the role of the Historian Maria Yedda Leite Linhares in the consecration and spread of the themes regarding the Brazilian rural universe. To this purpose, the paper unravels the goals of the inaugural work on the subject in its relation to the political context. Next, it examines the major works of the period, the role of the so-called "brasilianistas" (Brazilianists), and the consecration of the theme. Finally, it shows why the author advocates the revival of studies on the rural, the importance of international historiography in the reconstruction of the range of research, and the production in the most recent years.

Keywords:

Agricultural history; Rural; Brazilian historiography.

É incrível como um país cuja base foi até ontem quase só a agricultura não tenha aprofundado conhecimento desse aspecto, infra-estrutura de tudo mais. Sem o seu domínio todo o processo peca pela falta do fundamental. O que é a historiografia referente à agricultura, no entanto? Relativamente pequena, é reduzida a poucos títulos, cuidando do conjunto ou de algum produto, certa técnica, mão-de-obra e outros temas. Tudo de maneira incompleta, às vezes nada além de sugestões. E assuntos básicos são ignorados, como o caso da terra, à espera de pesquisas ¹

Há exatos 30 anos foi publicado aquele que seria considerado um marco nos estudos sobre a história agrária no Brasil. Intitulado: *história da agricultura: combates e controvérsias*, o livro, de autoria de Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, era fruto de um programa de pesquisa sobre a história da agricultura brasileira desenvolvido por Linhares, a partir de 1976, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Fundação Getúlio Vargas². Em plena década do período mais difícil da ditadura, a autora havia instituído um programa de conhecimento e reconhecimento sobre a realidade agrária brasileira. A publicação do livro, em 1981, coincidiria com o início do processo de abertura política lenta, geral e irrestrita, protagonizada pelo último presidente militar, João Figueiredo. A obra era assim o resultado de uma trajetória marcada pelo engajamento político e por um otimismo manifesto em relação às questões que envolviam o problema agrário brasileiro.

Editado pela Brasiliense, o livro era também um exemplo do propósito modernizante da postura editorial da empresa, “um trabalho que mesclava ação cultural e participação política”³. Em linguagem simples, de 170 páginas, não se pretendia ser uma obra teórica sobre desenvolvimento econômico no Brasil. Ele partia das principais discussões teóricas da época para defender a necessidade de se estudar o universo rural, principalmente a produção de alimentos para o mercado interno.

Na primeira parte daquela emblemática obra, os autores retomavam as discussões que visavam explicar a agricultura brasileira no contexto do desenvolvimento histórico, esquadrihando os momentos de crise econômica

¹ Francisco Iglesias, “Prefácio”, in Maria Yedda Linhares & Francisco Carlos Teixeira da Silva, *História da Agricultura Brasileira. Combates e controvérsias*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 8.

² *Idem*.

³ Marcello Chami Rollemberg, “Um circo de letras: a Editora Brasiliense no contexto sócio-cultural dos anos 80”, *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI*, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008.

e soluções para a agricultura. Centrando o estudo no século XIX, eles interpretavam o modelo agro-exportador e a manutenção dos interesses dos grandes terratenentes no âmbito de uma sociedade escravocrata. Além disso, Linhares e Da Silva registravam os debates sobre as estruturas socioeconômicas do país nas décadas de 1950 a 1970 para demonstrar a força interpretativa do argumento do dualismo brasileiro: um rural atrasado, marcado pelo imobilismo e pela força dos latifundiários versus um urbano industrial, inovador. Ao refletirem acerca da fragilidade teórica daquele argumento dualista, os autores realizavam também uma apreciação sobre as novas abordagens produzidas sobre o desenvolvimento econômico do país, o lugar do rural e as posições políticas que norteavam as interpretações em curso. Inspirados e otimistas, os autores finalizavam o capítulo, asseverando que os estudiosos estariam livres das concepções dualistas e voltariam a discutir a questão agrária no Brasil, “*não mais como um entrave ao desenvolvimento econômico capitalista, mas como uma decorrência desse mesmo desenvolvimento, que exigirá a sua redefinição no tempo e no espaço, imposta por uma racionalidade imperiosa*”⁴.

Em nome da certeza de um novo tempo de estudos sobre o rural, na segunda parte da obra os autores assumiam o desafio de realizar um levantamento e análise das fontes a serem utilizadas para uma história da agricultura brasileira. Inseridos num período historiográfico cuja marca era a utilização do método quantitativo, eles contribuíram para a consolidação de metodologias e modelos capazes de estimular os estudos sobre o tema no Brasil, alertando, porém, de que “*a transposição mecânica e automática de preocupações estranhas à nossa realidade pode dar resultados, senão grosseiros, pelo menos ingênuos e inexpressivos*”⁵. Neste sentido, para além do conhecimento de um método, era preciso também estar atento à produção historiográfica nacional, ressaltando – para os autores – as contribuições de Ciro Cardoso e Jacob Gorender para o estudo das estruturas sócio-econômicas do país: “*As possibilidades que se abriram com essa nova perspectiva teórica enriqueceram o debate das idéias e deram novos rumos à pesquisa histórica no Brasil, no campo da história econômica, lato sensu, e da história da agricultura, stricto sensu*”⁶.

Naqueles anos, as questões envolvidas nas pesquisas estavam, na maioria das vezes, direcionadas a uma história econômica do mundo rural, onde os problemas da quantificação e construção de tipologias e modelos assumiam um papel preponderante nas diversas abordagens.

⁴ *Idem.* p. 72.

⁵ Linhares, *op. cit.*, p. 86.

⁶ *Idem.* p. 87.

Além disso, os clássicos do marxismo dedicados aos estudos sobre o campesinato passaram a estar recorrentemente presentes na bibliografia das obras então produzidas. O texto de Kautsky, “*A Questão Agrária*”, escrito em 1898, considerava a especificidade do campesinato alemão e descrevera a influência do capitalismo sobre a agricultura e as suas transformações no final do século XIX⁷. Opondo-se à tese leninista de inevitabilidade da revolução proletária, aquele intelectual era apontado – nos estudos brasileiros sobre o campesinato – como um importante teórico do tema, capaz de iluminar nossas reflexões sobre o campesinato brasileiro. Também o livro de Lênin, “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*”, esteve presente como leitura obrigatória⁸. Escrito antes do processo revolucionário que o levou ao poder, o livro era a defesa da inevitabilidade da destruição do campesinato, determinada pelas relações de produção em direção ao capitalismo. Apoiando-se em vários dados estatísticos produzidos naqueles anos, a obra era um argumento de autoridade indiscutível para o propagado desaparecimento do mundo camponês.

Se o fim do campesinato passava a ser questionado ou redefinido em termos de sua existência histórica tornava-se obrigatória a leitura do teórico russo Chayanov. Considerado como o maior expoente da última geração dos populistas russos estudiosos do universo rural, o texto de Chayanov partia de muitas das reflexões dos marxistas, mas incorporava elementos não marxistas para a análise do campesinato russo. Crítico à orientação planificada e da coletivização forçada da economia agrícola soviética, foi combatido por Stalin e assassinado. Para aquele autor, as unidades camponesas não poderiam ser analisadas pela lógica do cálculo capitalista. A lógica camponesa se caracterizaria por uma racionalidade própria, a partir da família, fundamentada no entendimento de que ela trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e, em um segundo plano, para acumular capital⁹. Desconhecido pela grande maioria, senão a totalidade dos estudiosos marxistas dos anos 40 e 50, brasileiros e europeus, o texto de Chayanov só foi traduzido para o inglês em 1966 e chegou ao Brasil pelas reflexões da sociologia rural e antropologia rural do país. Nos anos oitenta, ele assumiria um lugar de destaque nas reflexões daquela geração de estudiosos do rural.

Em certa medida, porém, havia uma opção teórica mais acordada a uma história social em sua “versão francesa”, assentada nas influências dos estudos

⁷ Karl Kautsky, *A Questão Agrária*, 3ª edição, São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

⁸ Lênin, *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, São Paulo, Abril, 1982.

⁹ Chayanov, *The theory of peasant economy*, Homewood, Illinois, Richard D. Irwin Inc., 1966.

marxistas sobre o campesinato. Maria Yedda Linhares & Teixeira da Silva acreditavam assim na possibilidade de uma história agrária no Brasil. A partir de estudos de fontes seriais ela permitiria “*em plena era do computador, um tratamento ‘artesanal’ da informação, o que a torna mais viável num país onde são extremamente escassos os recursos destinados à pesquisa histórica*”¹⁰. Yedda Linhares e Teixeira da Silva realizaram uma importante e decisiva tipologia das fontes para a história da agricultura brasileira. Apontaram, todavia, para as precárias condições de armazenamento e conservação das fontes documentais no Brasil.

Para resolver e viabilizar a utilização das fontes propostas por Yedda Linhares e Teixeira da Silva, os historiadores tornaram-se “ratos de arquivos”, no processo de localização, recuperação e organização de seus documentos de pesquisa. A tipologia das fontes apresentadas naquela obra tornar-se-ia o ponto de partida de inúmeros levantamentos e análises sobre o rural. Num cuidadoso relatório de fontes, os autores apresentaram ao leitor as características e possibilidades de pesquisa dos documentos diretamente relacionados à estrutura fundiária, as fontes para o estudo das estruturas sociais, as de natureza cartorial, as de natureza econômica e político-institucional, e as conhecidas como as de tipo tradicional, geralmente oficiais, como atas, correspondências e legislações.

Na última parte da obra, Linhares e Da Silva assumiriam a tarefa de confirmar a importância do mercado interno brasileiro ao longo do oitocentos. Indo na contracorrente de uma historiografia que explicava o país a partir de seus condicionantes externos, aqueles historiadores rompiam o elo que prendia o Brasil às explicações tão somente externas, incapazes de explicar sozinhas as razões de nosso atraso e dos problemas ainda presentes no campo brasileiro. Para tanto, era por demais importante recuperar a “*problemática da produção de alimentos e das crises numa economia colonial*”. Ao realizar aquele estudo inaugural, eles também faziam um convite às novas pesquisas sobre a política e a produção de alimentos na Colônia, acerca das dificuldades relativas à produção e comercialização de alimentos e ainda sobre a produção camponesa, em destaque para a economia de subsistências dos cativos nos quadros da escravidão, conhecida com o nome de brecha camponesa. Os autores alinhavaram ainda um estudo sobre as técnicas agrícolas e crises econômicas.

O convite a diversos e distintos temas ligados ao universo rural se consubstanciaria com a criação da linha de pesquisa em História Social da Agricultura ou História Agrária, desenvolvida a partir dos anos 80 no programa de pós graduação da Universidade Federal Fluminense. “*Apoiamo-nos, então,*

¹⁰ *Ibidem*, p. 89.

nas diretrizes metodológicas preconizadas por Ernest Labrousse, desde o Congresso de Roma de 1955, quanto à exploração sistemática de um corpo de fontes localizáveis no nível local (municipal), de natureza demográfica, cartorária, (inventários, contas de tutelas, escrituras diversas), os registros de terra, bem como as fontes fiscais quando localizadas ou existentes”¹¹. Ainda segundo a autora, todos eram movidos pelo presente desolador, “a retratar um quadro de miséria e de terríveis desigualdades”. Inspiravam-se em Marc Bloch e Pierre Vilar “ao volver o olhar para o passado bem distante em busca dos pontos de partida”¹².

Àquela linha engajava-se um dos autores citados por Linhares e Da Silva, como um dos responsáveis pelo revigoração teórico capaz de romper com a visão dualista sobre o desenvolvimento econômico e com a noção amplamente consagrada acerca do sentido da colonização inaugurado por Caio Prado. Refiro-me a Ciro Cardoso, orientando de Maria Yedda Linhares e um dos expoentes daquela geração de historiadores do rural. Naqueles anos, o debate teórico centrava-se nas questões que envolviam a colonização brasileira, opondo interpretações conflitantes sobre o peso dos condicionantes externos na formação social do Brasil. Para alguns, o “sentido da colonização” inaugurado por Caio Prado Junior explicava a nossa vinculação ao mercado capitalista. Em 1942, Caio Prado buscara desvendar em *Formação do Brasil contemporâneo* o caráter da colonização brasileira. Em suas primeiras linhas, afirmava: “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo sentido”¹³. Esta era compreendida como uma empresa comercial que visava explorar o território colonial para o enriquecimento europeu. Inserindo-se no plano internacional, marcadamente capitalista, a colônia brasileira seria também capitalista¹⁴. Colonizado para servir aos interesses comerciais europeus, o Brasil teria se constituído pelas grandes empresas monocultoras, trabalhadas por escravos. Ao ser onipresente, o cativo impediria, à sua revelia, as poucas ocupações dos homens livres¹⁵.

A interpretação de Caio Prado seria adensada pela obra de Fernando Novais, onde o autor discutiria com mais vagar o antigo sistema colonial, procurando

¹¹ Maria Yedda Leite Linhares. “A Pesquisa Histórica no Rio de Janeiro. A História Agrária como Programa de Trabalho: 1977-1994. Um Balanço” in *Revista Brasileira de História. Historiografia. Propostas e Práticas*. São Paulo, ANPUH/Contexto, vol. 15, no 30, 1995, p. 78.

¹² *Idem*, 83.

¹³ Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 12ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1972. p. 19.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ *Ibidem*, p. 279.

compreendê-lo em sua totalidade, ou seja, a relação entre a metrópole (Portugal) e sua principal colônia (o Brasil). Ainda para o autor, a escravidão só poderia ser compreendida a partir do tráfico negreiro em sua relação com a acumulação primitiva de capital e a emergência do capitalismo¹⁶.

Para Ciro Cardoso, o estudo das realidades coloniais não poderia prescindir da análise das suas contradições internas, relacionando-as aos “*impulsos externos e às formas nas quais se interiorizaram em função das primeiras*”¹⁷. Sua preocupação centrava-se assim nas questões internas que explicariam as especificidades do país em comparação a várias e distintas colônias da América Latina.

A referência ao nome de Ciro Cardoso tinha ainda outro motivo. Dois anos antes, Cardoso havia publicado *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. O livro tornou-se o porto seguro das discussões conceituais que se iniciavam com a consolidação da mencionada linha. Organizado em cinco capítulos, Cardoso primeiramente apresentava as perspectivas metodológicas para o estudo em história da agricultura e história regional, familiarizando o leitor com os conceitos marxistas, mas também os de Witold Kula e de Pierre Villar. Além disso, apresentava conceitos como o de economia camponesa – de Chayanov – e a teoria da renda – de Marx. Destacava ainda as contribuições de autores ligados à escola dos Annales, na aproximação entre história e geografia. O texto também continha exemplos de modelos de análise dos sistemas econômicos. Nos capítulos seguintes, o autor discutiria a questão do “problema negro” no continente americano, a questão da propriedade da terra e técnicas de produção nas colônias escravistas das Américas, a brecha camponesa no sistema escravista e a questão da transição do capitalismo na América Latina e Antilhas¹⁸.

O importante a destacar, no entanto, é que em *Agricultura, escravidão e capitalismo*, Cardoso demonstrou que era preciso reconhecer três enfoques sobre uma história da agricultura. A primeira, *strictu sensu*, seria um dos aspectos da história das ciências e das técnicas da agricultura, “*ocupando-se de métodos, instrumental e organização da agricultura*” com ênfase nas forças produtivas, via relação entre meio ambiente/superfície cultivada e tecnologia agrícola. O segundo, seria a história agrária propriamente dita “*cujo objeto central estaria*

¹⁶ Fernando Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema. Colonial (1777-1808)*, 4ª ed., São Paulo, Editora Hucitec, 1986.

¹⁷ Ciro Flamarion Santana Cardoso, “Sobre os Modos de Produção Coloniais da América”, in Santiago, Théo (org.), *América Colonial. Ensaio*, Rio de Janeiro, Pallas, 1975, p. 69.

¹⁸ Ciro Flamarion Cardoso, *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Rio de Janeiro, Vozes, 1979.

constituído pelas formas de apropriação e uso do solo e pelo status jurídico e social dos trabalhadores rurais” enfatizando, portanto, as relações de produção. Um último enfoque seria uma história econômica do mundo rural, enquanto uma síntese dos dois primeiros enfoques, “*tendo como ponto de referência a teoria econômica do sistema em questão*”¹⁹. Em suma, apesar da importância daqueles outros capítulos foi, sem dúvida, o primeiro – dedicado a definir a proposta da linha – que se consagraria como o argumento de autoridade da história agrária. O texto fora apresentado antes na Fundação Getúlio Vargas e a partir de 1980 tornou-se de leitura obrigatória, no âmbito do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Apoiados naquelas duas obras (*História da Agricultura e Agricultura, Escravidão e Capitalismo*) jovens historiadores atenderam à provocação de Yedda Linhares e Teixeira da Silva, produzindo um sem-número de pesquisas, contemplando diversas regiões do país. A proliferação dos cursos de pós-graduação e o incentivo aos trabalhos monográficos a partir dos anos oitenta também contribuíram para a redescoberta do rural no Brasil. Ao longo daquela década e da seguinte diversas dissertações e teses de doutorado nasceram na esteira daquela abordagem. Ainda em 1981 Teixeira da Silva defendeu a dissertação: *Camponeses e criadores na formação social da miséria*. Orientado por Yedda Linhares o trabalho é o primeiro estudo – baseado em fontes primárias – sobre a constituição da pobreza do Porto da Folha, no Sertão de São Francisco, entre os anos de 1820 a 1920. A escolha da região adquiria um sentido naqueles anos, um pequeno município do semi-árido, marcado por uma história de pobreza e exclusão social.

Pouco tempo depois foi a vez da apresentação da dissertação de mestrado de Hebe Mattos *À margem da história: homens livres pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo*, publicada em livro com o título: *Ao sul da história*²⁰. O livro, resultado de uma intensa pesquisa em cartórios locais sobre a economia de lavradores pobres no pequeno município de Capivary, Rio de Janeiro, tornou-se o primeiro de uma série de estudos voltados para análise do funcionamento e reprodução da lavoura comercial e escravista para o mercado interno. Em ambos os trabalhos – o de Da Silva e o de Mattos – o foco central era o de escapar da visão dualista que tendia a minimizar a importância de lavradores pobres, livres ou libertos. Para além daquela sociedade dual, os autores e tantos outros procuravam redefinir o papel do homem livre e pobre no Brasil, relativizando o caráter monocultor do país, salientando a importância

¹⁹ *Idem*, pp. 15-16.

²⁰ Hebe Maria Mattos de Castro, *Ao Sul da História*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

do mercado interno, discutindo as estratégias de sobrevivência dos pequenos produtores e a utilização de cativos²¹.

Naqueles anos oitenta os estudiosos do rural eram ainda beneficiados pelo crescente interesse dos historiadores americanos sobre o passado rural do Brasil. A importância dos chamados brasilianistas é, sem dúvida, indiscutível na consagração dos estudos voltados para o tema. Destaca-se a obra de S. Schwartz, *Sugar Plantation in the Formation of Brazilian Society, Bahia, 1530-1835*, publicado em 1985 e traduzido e publicado em português quatro anos depois²². Naquele livro, Schwartz sinalizara que “*a terra era o núcleo da existência do lavrador de cana e determinante de sua relação com o engenho e de sua posição social*”²³. Reconheceu ainda que os tipos de posse da terra encontrados no Brasil tinham raízes em tradições agrárias de Portugal. Por conseguinte, procurou demonstrar toda uma dinâmica de arrendamento de terras dos engenhos. Ainda que tenha centrado seus estudos numa análise de longa duração, destacando – com mais vagar – a relação entre senhores e escravos, a obra do autor se somaria aos estudos sobre o rural²⁴.

Dois outros autores, mais voltados para o estudo do rural no século XIX, dariam contribuição decisiva para as reflexões sobre o tema: Waren Dean e Peter Eisenberg. O primeiro se destacaria pelo estudo inaugural sobre a lei de terras de 1850 no artigo: “*Latifundia and Land Policy in Nineteenth Century Brazil*” de 1971²⁵, mas seria mais conhecido no Brasil a partir do livro, *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*²⁶, onde analisou a expansão da cafeicultura na referida região, sem esquecer os infelizes resultados da

²¹ Como exemplos, destaco ainda: Paula Graner, *A estrutura fundiária do município de Araruama. 1850-1920*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 1985; Sheila de Castro Faria, *Terra e Trabalho em Campos do Goitacases*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 1986; Márcia Maria Menendes Motta, *Pelas bandas d’além. Fronteira Fechada e arrendatários-escravistas em uma região de policultura (1808-1888)*, Niterói, Universidade Federal Fluminense Dissertação de Mestrado, 1989.

²² Stuart Schwartz, *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

²³ *Idem*.

²⁴ Em seu livro, *Escravos, roceiros e rebeldes*, ele novamente não aprofunda sua análise sobre o tema, pois a discussão sobre os roceiros está basicamente assentada na análise sobre as unidades produtivas dos cativos. No capítulo dedicado à economia de subsistência, Schwartz ressalta o papel dos roceiros como provedores de alimentos, mas não discute as complexas formas de acesso à terra (Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru, EDUSC, 2001).

²⁵ Waren Dean, “*Latifundia and Land Policy in Nineteenth Century Brazil*”, *The Hispanic American Historical Review* 51(4), November, 1971, pp. 606-625.

²⁶ Waren Dean. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

expropriação da terra. Ressaltou ainda – com base nos Registros Paroquiais – a especulação com a terra na região. Ciente das formas de apropriação no país, concluiu: “*O sistema das grandes lavouras em Rio Claro teve origem com a usurpação da terra e a eliminação ou marginalização dos lavradores existentes, por um grupo de pessoas que tinham acumulado capital nos negócios de exportação agrícola à época da colônia*”²⁷. Alguns anos mais tarde, este mesmo autor seria o responsável pela consolidação da chamada história ambiental no Brasil, com a publicação do livro: *A Ferro e Fogo*, sobre a história da devastação da mata atlântica no país²⁸.

Peter Eisenberg, por sua vez, se tornaria nacionalmente conhecido após a publicação de um livro fundamental para a compreensão da transição do trabalho escravo para o livre: *Modernização sem mudança*²⁹. Ao investigar a atuação dos fazendeiros canavieiros de Pernambuco, o autor demonstrou como a substituição de trabalhadores, de cativos para homens livres, não implicou em transformações sociais de peso, redefinindo-se, naquela conjuntura, o poder dos terratenentes da região. Sua preocupação com os homens pobres também se expressaria anos mais tarde com a publicação do livro *Homens esquecidos*³⁰. Nesta obra, o autor clamaria por novas pesquisas sobre os homens pobres e sobre o trabalhador livre nacional, particularmente em São Paulo. Acreditava o autor ser “*possível que mesmo na área de café a transição se iniciava gradativamente durante o século XIX e que o elemento-chave para compreender esse processo é o trabalhador livre nacional*”³¹.

Em 1990, Francisco Carlos Teixeira da Silva defendeu sua tese de doutorado, ponto culminante da consolidação da linha de pesquisa. Em *morfologia da escassez* Da Silva desvendou a complexa rede da política econômica metropolitana, tendo por base fontes hoje facilmente acessíveis, como os documentos avulsos do Conselho Ultramarino. Ao centrar sua pesquisa na questão da produção de alimentos no período colonial, o autor destacou o processo de ocupação das regiões, o seu perfil fundiário e a formação de grandes domínios ali localizados. Por conseguinte, utilizando como exemplos os dois mais importantes morgadios da América Portuguesa, – a Casa da Torre e a Casa da Ponte –, demonstrou a generalização de arrendamentos e defendeu de

²⁷ *Idem*, p. 183.

²⁸ Waren Dean, *A ferro e fogo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

²⁹ Peter Eisenberg, *Modernização sem mudança. A indústria do açúcar em São Paulo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

³⁰ Peter Eisenberg, *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.

³¹ *Idem*, p. 224.

que eles “*significava[m] colocar as terras em cultivo, evitando assim demandas de vizinhos e ameaças de retomada, e, mais importante de tudo, significava um fluxo de recursos monetários – a renda paga em moeda – numa economia estruturalmente descapitalizada*”³².

Ainda nos anos 90 e no início do século seguinte, dois novos estudos tornar-se-iam fundamentais para o estudo em história agrária. Ambos os trabalhos foram teses de doutorado anteriormente defendidas na Universidade Federal Fluminense: a de Paulo Zarth³³ e a de Helen Osório³⁴. Estes autores seriam os responsáveis por uma geração de novos historiadores gaúchos, voltados para estudos rurais no Rio Grande do Sul.

Mas se é possível falar da consagração dos estudos sobre o rural naquela linha de pesquisa no Rio de Janeiro, marcada pela atuação de Maria Yeda Leite Linhares, não há como ignorar, no entanto, que também em São Paulo, as discussões sobre o rural tiveram o seu lugar. Apesar de ali não ser possível encontrar uma linha dedicada ao tema, há que se considerar, no entanto, a existência de alguns trabalhos que foram também fundamentais para a análise e compreensão sobre a especificidade e dinâmica do universo rural do Brasil. Em São Paulo, destacam-se dois livros sobre o século XVIII.

Em primeiro lugar, a obra de Laura de Mello e Souza, “*Os desclassificados do ouro*”, publicado pela primeira vez em 1982³⁵. O livro descortina a riqueza mineira na busca pelo ouro e demonstra a constituição de vastos contingentes de homens pobres expropriados daquela riqueza. É possível afirmar ainda que “*Os desclassificados*” inauguraria a discussão sobre pobreza, motim e revoltas coloniais. Como destaca Furtado, “*em oposição à bipolarização senhor-escravo, o tema da vadiagem descortinou uma sociedade mineira multifacetada e plural*”³⁶. Em segundo, no livro de Vera Lucia do Amaral Ferlini, *Terra, Trabalho e Poder*, publicado 1988, a autora revisita o engenho de Sergipe do Conde para deslindar a produção de açúcar na colônia, revelando não somente

³² Francisco Carlos Teixeira da Silva, *A Morfologia da Escassez. Crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 1990, pp. 343/344.

³³ Paulo Zarth, *Do arcaico ao moderno: o rio grande do sul agrário do século XIX*. Ijuí: editora da Unijuí, 2002.

³⁴ Helen Osório, *O império português no sul da América. Estancieros, lavradores e comerciantes*, Rio Grande do Sul, Editora da UFRS, 2007.

³⁵ Laura de Mello e Sousa, *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro, Graal, 1982.

³⁶ Junia Furtado, *Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial*. <http://www.ichs.ufop.br/rhhi/index.php/revista/article/viewFile/11/11>

o seu caráter comercial, mas também a dinâmica de ocupação dos terratenentes e a origem e posição social dos lavradores.

O alvorecer dos anos noventa parecia sinalizar para um acréscimo ainda maior dos estudos voltados para o rural. Vários indícios apontavam para isso. Em primeiro lugar, a partir de 1985, a democracia havia-se instalado no Brasil e uma das questões mais recorrentemente lembradas era exatamente a dívida histórica com os pobres do campo, consubstanciada na defesa pela Reforma Agrária. Em 1987/1988, quando dos trabalhos na Constituinte, o tema da Reforma Agrária era um dos mais candentes, reacendendo as discussões sobre a pobreza, a desigualdade de acesso à terra e a correlata concentração fundiária do país. Além disso, o surgimento e vitalização do mais importante movimento social do século XX, – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – parecia iluminar novas pesquisas sobre o passado rural do país. No entanto, assistiu-se a um relativo decréscimo da produção voltada para o tema e se encaminhou para pesquisas mais centradas no que poderíamos denominar de história social da escravidão. Naqueles anos, inúmeros trabalhos sobre os cativos redimensionavam os estudos sobre a experiência histórica do cativo, adensadas pelas ilações de uma historiografia de inspiração marxista, em particular E. P. Thompson. São deste período ao menos dois estudos exemplares daquela tendência: *Campos da Violência*, de Silvia Lara, publicado ainda em fins dos anos oitenta³⁷ e *Visões da Liberdade*, de Sidney Chalhoub, de 1990³⁸.

Além disso, tal como em outros países, os anos noventa também seriam marcados pela constituição da história da cultura, abrindo um leque de possibilidades temáticas, antes sublimadas. Naqueles anos, novos cursos de pós graduação no Brasil apontavam também o decréscimo da influência da Escola dos Anales e das análises rurais de inspiração marxista. As críticas ao chamado marxismo vulgar condenariam – em vários momentos – os estudos sobre o rural, quase sempre identificados com o exemplo do atraso.

A chegada da micro-história no país também desestimularia os estudos sobre o rural, muitas vezes confundida com a história cultural. Muitos dos críticos da chamada história agrária ignoravam que no interior daquele novo experimento historiográfico, a micro-história – havia um autor, Giovanni Levi, que afirmara exatamente que “*é em relação à propriedade da terra e sua rápida circulação que apreendemos uma parte importante dos valores das comunidades, especialmente no que concerne às famílias dos camponeses*

³⁷ Silvia Lara, *Campos da Violência*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

³⁸ Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

*mais pobres*³⁹. A inscrição do nome de Giovanni Levi no registro da chamada História Cultural sublimaria suas contribuições em sua linha de investigação original – história econômica social – como dificultaria a percepção da nova geração de historiadores brasileiros em relação a filiação de Levi a uma tradição historiográfica assentada nos estudos sobre a história da posse e da propriedade.

De todo modo, em fins dos anos noventa novas questões foram colocadas em relação à dinâmica de sobrevivência de pequenos produtores e posseiros. Muitas das mais recentes contribuições foram beneficiadas pela mencionada influência exercida por Thompson na historiografia acerca da escravidão no Brasil. Inspirados pela nova esquerda britânica, vários autores passaram a ficar mais atentos às estratégias de sobrevivência de pequenos produtores e cativos, imprimindo uma maior complexidade ao tecido social do oitocentos.

Na fronteira entre a história agrária e história social da escravidão dois outros estudos seriam decisivos para o revigoramento do estudo sobre o rural. O primeiro de Hebe Mattos, *Das Cores do Silêncio*. Ao investigar a experiência da liberdade de libertos, Mattos centraria sua análise na construção do mito da ideologia racial e o lugar dos pardos na hierarquia social. A seu ver, nas últimas décadas da escravidão, a despeito da “*crescente precariedade legal de formas costumeiras de acesso à terra e da monopolização social da propriedade escrava pela grande fazenda, a mobilidade espacial, os laços de família e o acesso costumeiro à terra ainda abriam perspectivas de diferenciação do escravo, e mesmo, potencializavam a propriedade da terra para os mais bem sucedidos lavradores de roça*”⁴⁰.

O segundo, de Maria Helena Machado, o *Plano e o Pânico*, publicado em 1994 se destacaria por refletir mais pormenorizadamente acerca dos movimentos sociais na última década da escravidão. Indo além do abolicionismo, quase sempre identificado enquanto um movimento da elite, Machado traria para o centro da cena a atuação dos próprios cativos. “*Possuidores de uma dinâmica própria, os movimentos escravos – com seu ódio ao trabalho vigiado e ao mundo das fazendas e das disciplinas buscavam, na ocupação espontânea de terras e em torno de lideranças religiosas e movimentos bem planejados, a destruição da escravidão e dos laços que os mantinham a ela subordinados*”⁴¹.

³⁹ Giovanni Levi, *A herança imaterial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 146.

⁴⁰ Hebe Maria Mattos de Castro, *Das Cores do Silêncio*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993, p. 100.

⁴¹ Maria Helena Machado, *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na Década da Abolição*, São Paulo, EDUSP, 1994, p. 245.

Na linha mais ancorada em história agrária, tal como se instituíra nos anos 80 no Brasil, destaca-se o livro de minha autoria, *Nas Fronteiras do Poder. Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX*⁴². Publicado pela primeira vez em 1998, o livro procuraria recuperar as principais ilações de Maria Yedda Leite Linhares para discutir as estratégias de sobrevivência e os usos das leis pelos homens livres pobres. Reinterpretando o argumento de Waren Dean sobre a Lei de Terras de 1850, a pesquisa demonstraria com base em um intenso cruzamento de fontes e em constante diálogo com a produção acadêmica sobre a apropriação territorial, as diversas leituras sobre a primeira lei agrária do Império – a Lei de 1850. Ao compreendê-la enquanto espaço de luta, eu investigaria como a lei foi instrumentalizada pelos fazendeiros, além de analisar as razões mais profundas que fizeram emergir a sublevação dos homens pobres, agregados de um importante Barão do município de Paraíba do Sul que imprimiram outro sentido àquela norma legal.

A publicação do livro acabou por reacender o debate sobre a história rural brasileira, desta feita mais centrada em concepções de justiça e direito à terra. Se já não era mais possível esquadrihar a dinâmica de pequenos lavradores a partir do uso sistemático de fontes seriais, tornava-se urgente iluminar o debate com novas fontes, ainda pouco utilizadas no Brasil para o estudo do que chamei de “história da ocupação do lugar”. Tornaram-se cada vez mais crescentes os estudos pautados em processos cíveis, como os de medição de terra, de embargo e de despejo. Aquelas fontes, antes renegadas ao esquecimento, tornaram-se verdadeiras brechas para um olhar mais cuidadoso sobre o rural brasileiro. Já não era mais possível, tampouco necessário, realizar um levantamento exaustivo de todos os inventários de fazendeiros e lavradores de determinada região. Os historiadores redescobriram o tema e sua metodologia, refletindo sobre o rural, sobre os agentes sociais em confronto a partir de um intenso cruzamento de informações qualificativas presentes nos documentos, reconstruindo trajetórias e lhes conferindo sentidos.

A descoberta e redescoberta de novas fontes foi assim beneficiária de uma libertação. Os historiadores passaram a se alimentar de algumas ilações da micro-história, procurando compreender com mais vagar as várias leituras das leis, o uso e o costume sobre a terra. Aproximando as reflexões de Thompson às de Levi, tornou-se possível compreender a dinâmica de acesso à terra e às diversos direitos sobre este bem, o que também permitiu refletir sobre a história, a luta e a dinâmica de resistências e negociação de lavradores pobres,

⁴² Márcia Maria Menendes Motta, *Nas Fronteiras do Poder. Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX*, 2ª edição, Niterói, EDUFF, 2009.

submetidos – em muitos casos – por normas de direitos sobre a terra que os tornam foreiros ou arrendatários de terras pertencentes a outrem. Através de suas trajetórias, foi possível ainda analisar com mais acuidade as estratégias familiares, como funcionavam os mecanismos de sobrevivência, sucesso e insucesso dos que ali habitavam ou desejavam habitar.

Nos últimos anos, os recentes estudos em História Agrária passaram a sofrer a influência também do campo do Direito, em particular do direito agrário e da chamada Antropologia Leal. Numa aproximação com a perspectiva thompsoniana, os trabalhos têm trazido à tona a dimensão histórica da luta pela terra no Brasil, recuperando uma tradição historiográfica que havia sido sublimada pelas pesquisas em escravidão. No início do novo século, vários novos estudos vieram à luz, realimentando aquela abordagem num verdadeiro *revival* em história rural no Brasil. Os estudos de Elione Guimarães sobre a luta pela terra dos afrodescendentes é o exemplo emblemático desta nova geração⁴³. Além disso, o trabalho de Marcio Both sobre o universo rural do Rio Grande do Sul destacaria a construção da idéia de “trabalhador nacional” no processo de povoamento de alguns municípios do Rio Grande do Sul em sua relação com as disputas de terras⁴⁴. No mesmo sentido, as pesquisas de Cristiano Luis Cristillino sobre o uso político da lei de terras e o fenômeno da grilagem no sul do país redefiniriam também o papel da questão agrária no jogo político do Império⁴⁵.

A consolidação de *revival* expressou-se na publicação de duas obras. A primeira, organizada por Márcia Motta & Elione Guimaraes, *Campos em disputa: história agrária e companhia*⁴⁶, visou apresentar ao leitor o vigor daquela proposta de pesquisa e a redescoberta de velhas abordagens, alimentadas pelas discussões historiográficas mais recentes. Merece destaque, como exemplos, o estudo de Graciela Bonassa Garcia “*Terra e trabalho: tensão e transformação no pampa rio-grandense*”⁴⁷ e o texto de Antonio Marcos Myskiw, “*Ser colono*

⁴³ Elione Guimarães, *Terra de Preto, Uso e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1920)*, Niterói, EDUFF, 2009.

⁴⁴ Marcio Both da Silva, *Babel do Novo Mundo. Povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*, Niterói, Tese de Doutorado em História, 2009.

⁴⁵ Luis Cristiano Cristillino, *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*, Niterói, Tese de Doutorado em História, 2010.

⁴⁶ Elione Guimarães & Márcia Motta(organização), *Campos em Disputa. História Agrária & Companhia*, São Paulo, Annablume, 2007.

⁴⁷ Graciela Bonassa Garcia, “Terra e trabalho: tensão e transformação no pampa rio-grandense”, *Idem*, pp. 271-294.

na fronteira: a colônia militar de foz de Iguaçu (1888-1907)⁴⁸. O segundo livro, organizado também por Márcia Motta, juntamente com Beatriz Olinto e Oséias de Oliveira, *História Agrária: propriedade e conflito*, publicado em 2009⁴⁹, adensaria as discussões em torno da própria idéia de propriedade, nos embates entre índios e senhores, como na pesquisa de Marina Machado⁵⁰ e de Francisco Pinto⁵¹; entre colonos e empreendedores, como nos estudos de Carlos Leandro Esteves⁵², entre agricultura e colonização em terras de florestas, como a pesquisa de Francivaldo Nunes⁵³. Análises mais recentes sobre a questão agrária no governo militar também mereceriam destaque, como no estudo de Vanderlei Vazeleck⁵⁴. Este último, autor ainda de um primeiro estudo comparativo entre a questão agrária no Brasil e na Argentina, nos anos 30 e 50 do século XX⁵⁵.

Na interface entre história agrária e políticas públicas, os anos dois mil dariam lugar a uma maior visibilidade aos estudos de Sonia Regina de Mendonça, com o crescente interesse em seu trabalho sobre o ruralismo brasileiro e a atuação das entidades patronais nas áreas rurais do país⁵⁶.

Em São Paulo, também assistiríamos ao reaparecimento de estudos voltados para o rural. É digno de registro, por exemplo, o livro de Paulo Pinheiro Machado sobre um dos mais importantes conflitos agrários do alvorecer do século XIX, *o Contestado*. Contrapondo-se a uma visão simplificadora sobre o passado, quase sempre assentada na idéia de que o *Contestado* era a expressão do

⁴⁸ Antonio Marcos Myskiw, “Ser colono na fronteira: a colônia militar de foz de Iguaçu (1888-1907), *ibidem*, pp. 379-402.

⁴⁹ Márcia Motta, Beatriz Olinto & Oséias de Oliveira (organização), *História Agrária: propriedade e conflito*. Paraná, UNICENTRO, 2009.

⁵⁰ Marina Machado, “Terra indígenas e o avanço do café: abrindo fronteiras no Vale do Paraíba (séculos XVIII e XIX)”, *idem*, pp. 101-118.

⁵¹ Francisco Eduardo Pinto, “Terra de índio, terra de ninguém: conquista e civilização da banda oriental da Capitania de Minas”, *ibidem*, pp. 119-134.

⁵² Carlos Leandro Esteves, “Homem certo para o lugar certo”: colonização, educação rural, e tecnização da agricultura na experiência dos Combinados agro-urbanos em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira”, in, *ibidem*, pp. 41-62.

⁵³ Francivaldo Alves Nunes, “Agricultura e colonização nas terras da floresta da Amazonia Oriental (século XIX)”, *Ibidem*, pp. 135/158. Do mesmo autor: *Benevides: uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX*, Rio de Janeiro, Corifeu, 2009.

⁵⁴ Vanderlei Vazeleck Ribeiro, “A terra e a farda: a questão agrária sob regime militar no Brasil e no Peru”, in, *ibidem*, pp. 247-266.

⁵⁵ Vanderlei Vazeleck Ribeiro, *Cuestiones Agrárias en el Varguismo e el Peronismo*, Quilmes, Editora de la Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

⁵⁶ Entre outros: Sonia Regina de Mendonça. *Ruralismo Brasileiro*, São Paulo: Hucitec, 1997 e *O Patronato Rural no Brasil Recente*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

fanatismo brasileiro, Machado apresentou um estudo magistral sobre os dilemas, conflitos e atuação dos agentes sociais envolvidos no conflito⁵⁷.

O revigoramento deste campo significaria, em suma, um novo chamamento à pesquisa e uma recuperação do sentido das palavras expressas por Iglésias, quando da apresentação de *História da Agricultura: combates & controvérsias*. Inseridos num novo tempo, onde a opção pela história narrativa adquiriu um lugar preponderante nos estudos históricos do país, os estudiosos do rural assumiram também o papel de refletir sobre o significado de ser historiador, num país ainda marcado por emblemáticas desigualdades sociais e onde a terra – bem não reproduzível pela natureza – é ainda um bem de alguns poucos, num universo de conflitos rurais que tem também uma história⁵⁸.

Em nome daquela linha, os pesquisadores procuraram encontrar um novo elo comum: o apelo a uma história engajada. Não mais no seu sentido estreito e mesmo pejorativo que fez da história apenas um combustível de luta para uma revolução que não aconteceu, e sim na acepção cara a um emblemático autor, Eric Hobsbawm, em sua defesa de um engajamento legítimo⁵⁹.

Recebido em/Submitted on: 24/09/2010

Aceite em/Approved on: 27/11/2010

⁵⁷ Paulo Pinheiro Machado, *Lideranças do Contestado*, Campinas, Universidade de Campinas, 2007.

⁵⁸ Márcia Maria Menendes Motta, *O Direito à Terra no Brasil. A geração do conflito (1795/1824)*, São Paulo, Alameda, 2009.

⁵⁹ Eric Hobsbawm, “Engajamento” in *Sobre a História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 138-154.

